

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.739 - RJ (2019/0320434-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : LUIZ FELIPE COSTA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : LEANDRO DE ANDRADE MEUSER - RJ176694
JOÃO PEDRO JUNIOR - RJ198357
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por LUIZ FELIPE COSTA DE SOUZA, em face do v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**.

Depreende-se dos autos que teve sua prisão preventiva decretada em 05/10/2018, pela prática, **em tese**, dos delitos de roubo majorado (por duas vezes) e extorsão (por trinta e duas vezes), previstos no art. 157, § 2º, incisos I e II, e no art. 158, § 1º, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, no qual buscava o relaxamento da prisão preventiva, sob o argumento de que o recorrente estaria sofrendo constrangimento ilegal, consubstanciado no excesso de prazo para a formação da culpa. A ordem foi denegada, à unanimidade, nos termos do v. acórdão de fls. 35-39, assim ementado:

"Réu preso preventivamente em 10 de outubro de 2018, por, supostamente, praticar, os crimes previstos nos artigos 158, § 1º (32 vezes) – extorsão, n/f do 71, e 157, §2º, I e II (2 vezes) – roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e em concurso de agentes, n/f do 69, todos do Código Penal. INCONFORMISMO DA DEFESA, PLEITEANDO: 1) A revogação da custódia por alegada ausência de fundamentação do decism. (IMPOSSÍVEL). Deliberação suficientemente alicerçada em indícios de autoria e certeza da materialidade, respeitando os ditames do artigo 93, inciso IX da Constituição Federal e do artigo 315 do Código de Processo Penal, bem como presentes os requisitos do art. 312 do CPP. Fumus comissi delicti decorrente dos elementos de convicção constantes do inquérito policial, dos quais se extrai a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria e, de igual maneira, o periculum libertatis inequívoco, notadamente

considerando o risco para a garantia da ordem pública, impedindo, assim, a reprodução dos fatos criminosos, também protege-se a instrução criminal, considerando o feito tramitar regularmente no juízo de origem e a instrução ainda desdobrar-se. Ademais, nada comprova exercer o mesmo atividade laborativa lícita ou possuir residência fixa, logo, soa admissível vir a esquivar-se à aplicação da lei penal. 2). O reconhecimento de violação ao princípio da homogeneidade (INVIÁVEL). Embora argumentado no sentido de dificilmente resultar em privação da liberdade, na hipótese de decreto condenatório, tal conclusão caracteriza mera probabilidade, carecendo de uma análise do conjunto fático probatório, não em sede de remédio heroico. 3) O reconhecimento de um suposto excesso de prazo da medida extrema. (INCABÍVEL). Anormalidade descaracterizada por ausência de qualquer período de paralisação indevida na marcha processual. O feito tramita normalmente, com a instrução iniciada, A.I.J. em continuação designada para 22/10/2019. Conforme consta no site do TJRJ, espera-se as intimações das vítimas em novos endereços." (fls. 46-48).

Daí o presente recurso ordinário, no qual o recorrente repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado na ocorrência de excesso de prazo para a conclusão do feito, bem como na ausência de fundamentação do decreto prisional primevo.

Requer, ao final, a revogação ou o relaxamento de sua prisão preventiva.

A liminar foi indeferida às fls.138-139 e as informações foram prestadas às fls. 144-159.

O Ministério Público Federal, às fls. 162-168, manifestou-se pelo **desprovimento do recurso**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE EXTORSÃO E ROUBO MAJORADO (ART. 158, § 1º E ART. 157, §2º, I E II, AMBOS DO CP). PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, CALCADA NOS ELEMENTOS CONSTANTES DOS AUTOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. EXCESSO DE PRAZO. NÃO

OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA ESTATAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA NO CASO. PARECER PELO NÃO PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO EM HABEAS CORPUS." (fl. 162).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o art. 932, III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3º do Código de Processo Penal, estabelece como incumbência do Relator *"não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*

Na mesma linha, o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, em seu art. 34, inciso XVIII, alínea **a**, dispõe que **o relator pode decidir monocraticamente** para *"não conhecer do recurso ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele que não tiver impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida"*.

Pretende o recorrente, **em síntese**, a revogação de sua prisão preventiva, em razão de suposta ausência de fundamentação do decreto prisional, ou o seu relaxamento, ante a alegada ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa.

No que pertine à alegada ausência de fundamentação do decreto prisional, cumpre ressaltar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (**v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello,**

DJe de 18/10/2012).

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta eg. Corte: HC n. 449.354/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 28/06/2018; HC n. 423.503/SP, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 14/03/2018; RHC n. 82.459/CE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 22/09/2017; AgRg no HC n. 382.353/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 04/04/2017.

Na hipótese, ausente o decreto prisional primevo, verifico que é possível extrair o conteúdo da decisão das informações prestadas pelo d. juízo processante ao eg. tribunal de origem, tendo sido decretada a prisão preventiva do recorrente, por ocasião do recebimento da denúncia, pelos seguintes fundamentos:

"No dia 18 de setembro de 2018, foi apresentada denúncia pelo Ministério Público em face do ora paciente, dando-o como incurso nas penas do art. 158, § 1º, trinta e duas vezes, na forma do art. 71, ambos do CP, do art. 157, § 2º, I e II, do CP, duas vezes, na forma do art. 69 do CP, porque, segundo narra a exordial acusatória, os fatos ocorreram da seguinte maneira:

'No período compreendido entre os meses de julho do ano de 2017 e fevereiro do ano de 2018, no interior da Comunidade Bateau Mouche, situada na Praça Seca, nesta Comarca, o DENUNCIADO, de forma livre e consciente, em comunhão de ações e desígnios com criminosos não identificados, constrangeu a vítima RONALDO DE JESUS OLIVEIRA a realizar pagamentos semanais nos valores que variaram entre R\$ 200,00 (duzentos reais) e R\$ 300,00 (trezentos reais), mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, com o intuito de obter, para si, indevida vantagem econômica.

Consta dos autos do presente procedimento que se valendo do fato de à época integrar a milícia armada autodenominada 'TROPA DO H', desenvolvendo função de liderança na região, o DENUNCIADO e seus comparsas criminosos não identificados, munidos de armas de fogo, compareceram todas às sextas-feiras do período acima delimitado na residência da vítima e a obrigaram a realizar o pagamento semanal de uma 'taxa de segurança', no valor inicial de R\$ 200,00 (duzentos reais), em razão de RONALDO DE JESUS OLIVEIRA ter um comércio na localidade.

Ocorre que transcorrido certo lapso temporal e sob o argumento de que necessitavam de mais recursos para arcar com os gastos decorrentes dos confrontos com agentes criminosos integrantes de outra facção criminosa, o DENUNCIADO e seus comparsas a partir aproximadamente do mês de janeiro de 2018, passaram a exigir da vítima o pagamento semanal da quantia de R\$ 300,00 (trezentos reais), conforme termo de declaração acostado às fls.

81/83 dos autos.

Pelo exposto, o DENUNCIADO, consciente e voluntariamente, através das condutas acima narradas, obteve indevida vantagem econômica no valor aproximado de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

No período acima citado, sendo certo que no dia 11 de fevereiro de 2018, no interior da Comunidade Bateau Mouche, situada na Praça Seca, nesta Comarca, o DENUNCIADO, de forma livre e consciente, em comunhão de ações e desígnios criminosos com agentes criminosos não identificados, mediante grave ameaça, exercida com emprego de armas de fogo, subtraiu, para si, 01 (um) automóvel KIA BONGO, tipo caminhonete, placa LBQ-9881, bem este melhor descrito à fl. 03, de propriedade da vítima RONALDO DE JESUS OLIVEIRA.

Tem-se que após RONALDO DE JESUS OLIVEIRA ter sido abordado pelos comparsas criminosos do denunciado e ser levado para o alto do morro para prestar esclarecimentos acerca do fato de não estar conseguindo arcar com as referidas 'taxas de segurança', os agentes criminosos não identificados subtraíram a chave da caminhonete e levaram consigo o veículo para local incerto e não sabido.

Em seguida, as vítimas RONALDO DE JESUS OLIVEIRA e BRUNA MOREIRA DOS SANTOS foram expulsas da comunidade, obrigadas a deixar todos os seus pertences no interior da comunidade.

Não satisfeitos, em data posterior, sendo certo que no dia 18 de fevereiro do ano de 2018, no mesmo local, o DENUNCIADO, de forma livre e consciente, imbuído do dolo anteriormente narrado, ainda em comunhão de ações e desígnios criminosos com agentes não identificados, mediante grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo, subtraiu, para si, 20 (vinte) galões de água, 08 (oito) cestas básicas e 5 (cinco) botijões de gás, bens estes melhor descritos às fls. 81/83 dos autos.

Tem-se que após encontrarem a vítima BRUNA MOREIRA DOS SANTOS tentando recuperar parte dos pertences da residência das vítimas, os agentes criminosos abordaram a vítima e subtraíram os bens acima descritos.

Por fim, faz-se mister ressaltar que o DENUNCIADO à época dos fatos exercia função de liderança dentro do grupo criminoso 'TROPA DO H', coordenando as ações criminosas de seus comparsas.'

Por ocasião do oferecimento da denúncia, o Ministério Público requereu a prisão preventiva do ora paciente.

[...]

Certificado pela serventia, no dia 05 de outubro de 2018 foi proferida decisão recebendo a denúncia e decretando a prisão preventiva do ora paciente, conforme a decisão abaixo:

'Considerando que estão presentes os requisitos do art. 41 do CPP e considerando que estão ausentes as hipóteses do art. 395 do CPP, RECEBO A DENÚNCIA oferecida em face de Luiz Felipe Costa de Souza, pela prática do crime previsto no art. 158, § 1º, do CP, por trinta e duas vezes, e no

art. 157, § 2º, I e II, do CP, por duas vezes.

Cite-se.

Passo a enfrentar o pedido de prisão preventiva formulado pelo Ministério Público, acolhendo-o por entender necessária a segregação do acusado pelos seguintes motivos. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. As circunstâncias noticiadas na denúncia revelam que o réu parece acreditar que não existem normas legais em vigor a serem obedecidas. Isso porque ele agiu de forma absolutamente reprovável, trazendo a convicção no sentido de que as pessoas de bem de nossa sociedade - que se preocupam em agir na forma da lei - devam ser preservadas do contato com o réu. Ademais, também as circunstâncias destacadas na inicial trazem o convencimento de que o réu, em liberdade, continuará delinquindo, o que não se pode admitir. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. Os fatos narrados na denúncia demonstram que a instrução judicial ficará gravemente comprometida se o réu permanecer em liberdade. É que as vítimas certamente ficarão temerosas para depor em juízo, estando o réu livre, sendo certo que a liberdade do acusado funcionará como verda deiro incentivo para que não venham aos autos as informações necessárias ao esclarecimento de toda a dinâmica criminosa. APLICAÇÃO DA LEI PENAL.

Nada há nos autos capaz de comprovar o vínculo do imputado com o distrito da culpa. Portanto, a gravidade da acusação, por si só, funcionará como estímulo no sentido de que ele evite o processo criminal, o que não se pode conceber. Daí por que, também por este fundamento, é necessária a sua segregação.

Assim sendo, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA, pelos fundamentos acima destacadas, com base no art. 312, caput, do CPP." (fls. 26-30, grifei).

Da leitura do excerto supra, observa-se, a despeito da precária instrução do feito, ante a ausência do decreto prisional primevo, que a segregação cautelar do recorrente encontra-se devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos**, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para **garantia da ordem pública**, seja pela forma na qual os delitos foram em tese praticados, consistentes em **trinta e dois crimes de extorsão, e dois crimes de roubo majorado, todos cometidos em concurso de agentes, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo**, seja em razão de **o recorrente ter sido apontado como líder da organização criminosa qua atua na região**, circunstâncias que revelam a gravidade concreta das condutas praticadas, bem como a periculosidade do agente, tudo a demonstrar a

indispensabilidade da imposição da **medida extrema, na hipótese**.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO CAUTELAR MANTIDA POR OCASIÃO DA PRONÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO COM EMPREGO DA TÉCNICA PER RELATIONEM. VALIDADE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA DA CUSTÓDIA CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. SEGURANÇA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. TESTEMUNHAS AMEAÇADAS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INVIÁVEIS. RECURSO DESPROVIDO.

I - 'É suficiente a fundamentação lançada per relationem na sentença de pronúncia para manter a prisão cautelar, se se reporta à decisão que apresentou motivos reais da necessidade da segregação' (HC 327.069/PI, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe 03/02/2016).

II - Na hipótese, o juiz singular não apenas reiterou os termos do decreto de prisão preventiva originário, mas adaptou as suas razões ao novo cenário fático-processual, em cumprimento da determinação contida no art. 413, § 3º, do Código de Processo Penal.

III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores.

IV - A custódia cautelar do recorrente se legitima, em razão de sua periculosidade social, para a garantia da ordem pública, tendo-se em vista a gravidade concreta do delito por ele supostamente praticado - em coautoria e com unidade de desígnios com o corréu -, evidenciada no seu modus operandi: homicídio cometido com extrema violência, em plena via pública, sem nenhuma chance de defesa para a vítima, que foi atingida por cinco disparos de arma de fogo, em cumprimento a ameaças de morte feitas no dia anterior.

V - A prisão preventiva do recorrente está justificada também na necessidade de assegurar a instrução criminal. A referida motivação não restou superada, mesmo após o esgotamento da primeira fase do procedimento de

juízo no Tribunal do Júri. As instâncias ordinárias entenderam que está demonstrado que o recorrente impõe temor relevante nas testemunhas e estas ainda poderão ser ouvidas perante o Conselho de Sentença, sendo responsabilidade da justiça garantir que o seu depoimento ocorra livre de constrangimentos.

VI - Revela-se inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Recurso ordinário desprovido" (RHC n. 80.191/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 22/3/2017, grifei).

"RECURSO EM "HABEAS CORPUS". CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO QUALIFICADO. VÍTIMAS AMARRADAS, ESPANCADAS E UMA DELAS APUNHALADA. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. PRECEDENTES.

1. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na garantia da ordem pública em razão da periculosidade dos recorrentes, caracterizada pelo "modus operandi", perpetrado em comparsaria e com uso de arma de fogo, com privação de liberdade, violência e grave ameaça, arrombaram a porta de entrada da propriedade rural das vítimas e as subjugaram com espancamentos e ameaças, inclusive amarrando-as e lesionando no peito uma delas com arma perfurocortante, para subtraírem utensílio agrícola, quantia em dinheiro, uma espingarda e mantimentos.

2. Recurso em 'habeas corpus' a que se nega provimento" (RHC n. 46.189/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Moura Ribeiro, DJe de 27/5/2014).

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. RECEPÇÃO. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOS DE VEÍCULO AUTOMOTOR. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MODUS OPERANDI. INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESTRUTURADA E COM DIVISÃO DE TAREFAS. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO. INSUFICIÊNCIA À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. Apresentada fundamentação concreta para a

decretação da prisão preventiva, evidenciada no modus operandi do delito, pois estamos diante de vários delitos de grande gravidade, delitos estes que vem causando prejuízo patrimonial e psicológico as vítimas, sendo que alguns são praticados com violência e grave ameaça, além de fomentar a prática de outros delitos, como o fornecimento de veículos adulterados a outras organizações criminosas e troca por drogas e armas de fogo, bem como na participação do recorrente em organização criminosa, tendo em vista que os acusados possuem uma organização bem estruturada e com divisão de tarefas, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.

2. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.

3. Recurso em habeas corpus improvido" (RHC n. 91.549/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 08/03/2018).

No que pertine ao alegado excesso de prazo para a formação da culpa, ressalta-se, inicialmente, que o término da instrução processual não possui características de fatalidade e de improrrogabilidade, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais. A propósito, esta Corte, firmou jurisprudência no sentido de se considerar o **juízo de razoabilidade** para eventual constatação de constrangimento ilegal ao direito de locomoção decorrente de excesso de prazo, levando-se em consideração **a quantidade de delitos**, a pluralidade de réus, bem como a quantidade de advogados e defensores envolvidos.

Sobre o tema:

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PARTICULARIDADES DA CAUSA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA. SÚMULA N. 52/STJ. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao

recurso ordinário cabível, entendimento que foi adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão somente pela sua soma aritmética, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

3. No caso, observa-se que a prisão do acusado ocorreu em 3/5/2017, convertida em preventiva no dia seguinte. A denúncia foi recebida em 10/12/2017, com designação da audiência de instrução e julgamento para 4/4/2018, ocasião em que houve determinação de abertura de vistas às partes para apresentação de alegações finais assim que juntados aos autos o laudo definitivo de constatação da natureza e quantidade da droga. Além do mais, de consulta realizada no endereço eletrônico do Tribunal estadual constatou-se que, em 5/2/2019, foram juntados documentos, tudo a indicar a proximidade do término do processo.

4. Além disso, importa ressaltar que, consoante consignado no acórdão objurgado, o feito está na fase do art. 402 do Código de Processo Penal, o que demonstra que, de fato, houve o fim da instrução, o que faz incidir na hipótese a Súmula n. 52 deste Superior Tribunal de Justiça.

5. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 483.016/PE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 12/03/2019, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS NÃO DETERMINANTES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. DESÍDIA ESTATAL NÃO CARACTERIZADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O art. 312 do Código de Processo Penal apresenta como pressupostos da prisão preventiva o *periculum libertatis* e o *fumus commissi delicti*, este caracterizado pela prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; aquele representado pela garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para

assegurar a aplicação da lei penal.

2. É válido o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, em razão da gravidade in concreto do fato delituoso, cifrada na quantidade de entorpecente apreendido - 844, 4kg de maconha. Precedentes do STJ.

3. A presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela. Precedentes do STJ.

4. A complexidade da causa, o concurso de pessoas, a intensa movimentação processual e o conflito de competência suscitado pela Defesa são indicativos de que a marcha processual, embora superados os prazos legais, seja razoável à espécie.

5. A análise do excesso de prazo na instrução criminal deve ser realizada segundo as peculiaridades do caso concreto, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e não pela simples soma aritmética.

6. Recurso ordinário desprovido" (RHC n. 102.760/MS, Sexta Turma, Rel^a. Min^a. Laurita Vaz, DJe de 11/03/2019, grifei).

No ponto, colhe-se do v. acórdão ora combatido:

"É forçoso constatar que não se verifica, por ora, excesso de prazo na formação da culpa. Diferentemente do alegado pela defesa, não há qualquer lapso temporal injustificado na condução do feito, pelo contrário, todo o trâmite está correndo sem qualquer anormalidade.

[...]

A soma dos prazos com o intuito de estabelecer o excesso na formação da culpa, é algo aleatório, não se podendo, de forma implacável, fixar-se nos oitenta e um dias, resultado de uma criação jurisprudencial, ou mesmo nos sessenta dias previstos na legislação processual. Não só cada caso tem sua peculiaridade, como, ainda, se tem que levar em conta os dias sem expediente, a carga de processos com o juiz, o número de réus e fatos criminosos etc.

In casu, da análise das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, verifica-se que o processo está tramitando regularmente, não havendo qualquer desídia de sua parte, não configurado o excesso de prazo.

Portanto, o prazo pelo qual se estende a prisão preventiva está justificado, não restando malferida, assim, a razoabilidade, nem o princípio da duração razoável do processo." (fls. 53-54, grifei).

Consoante informações prestadas pelo d. juízo condutor do feito, tem-se que os trâmites processuais seguem da seguinte forma:

"No dia 18 de setembro de 2018, foi apresentada denúncia pelo Ministério Público em face do ora recorrente, dando-o como incurso nas penas do art. 158, § 1º, trinta e duas vezes, na forma do art. 71, ambos do CP, e do art. 157, § 2º, I e II, do CP, por duas vezes, na forma do art. 69 do CP [...].

Por ocasião do oferecimento da denúncia, o Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do ora recorrente.

No dia 20 de setembro de 2018, proferi o seguinte despacho:

"Antes do juízo de admissibilidade da denúncia e da análise do pedido prisional, certifique o cartório por força de que processo o réu está preso." No dia 21 de setembro de 2018, foi certificado o seguinte pela serventia:

"Certifico que o réu está preso pelo processo nº 0031917-39-2017.8.19.0001 – 1ª VCRi da Capital, tendo sido decretada sua Prisão Preventiva em 9/08/18, conforme anotação da FAC às fls. 174."

No dia 05 de outubro de 2018 foi recebida a denúncia e decretada a prisão preventiva do ora recorrente [...].

No dia 22 de outubro de 2018, manifestei-me nos seguintes termos:

"Diante da inércia do réu, nomeio a Defensoria Pública para tutelar seus interesses, a teor do art. 396-A, § 2º, do CPP.

Abra-se vista à DP para a vida da resposta preliminar."

No dia 31 de outubro de 2018, foi apresentada a Resposta Preliminar pela Defensoria Pública.

No dia 01 de novembro de 2018, foi apresenta Resposta à acusação por Advogado.

No dia 08 de novembro de 2018, foi designada a AIJ para o dia 18/12/18, às 15:30 horas [...].

No dia 18 de dezembro de 2018, foi ouvida uma testemunha ministerial, Alexandre Moura de Souza, insistindo o Ministério Público na oitiva das vítimas, Ronaldo e Bruna [...].

Vindo aos autos novos endereços das vítimas Ronaldo e Bruna, no dia 10 de janeiro de 2019 foi designado o dia 09/04/2019, às 14:45 horas, para a continuação da AIJ [...].

No dia 15 de janeiro de 2019, as vítimas foram cientificadas da audiência via telefônica, conforme certidão cartorária.

[...]

No dia 17 de abril de 2019, foi certificado o seguinte pela serventia:

"Certifico que, após algumas tentativas, consegui contato com a

testemunha Ronaldo, através do telefone 98287-6720 e o mesmo informou que nem ele e nem a esposa Bruna comparecerão à audiência designada, pois ambos têm medo, visto que o grupo em que o réu pertenceria, está tentando invadir a comunidade onde mora.”

[...]

No dia 29 de abril de 2019, o Ministério Público manifestou-se pela condução das vítimas.

No dia 18 de junho de 2019, novamente ausentes as vítimas em audiências, requerendo a Defesa o relaxamento da prisão do ora recorrente [...].

Vindo aos autos certidões negativas relativas aos mandados de condução das vítimas, o Parquetrequereu a “intimação das vítimas via postal como último recurso, tendo vista a gravidade dos fatos”.

No dia 10 de julho de 2019, foi proferido o seguinte despacho:

“Intimem-se as testemunhas para que compareçam em cartório, via postal, na forma requerida pelo MP, a fim de tomarem ciência de audiência a ser designada por oportunidade do comparecimento em juízo.

Após, volvam conclusos para análise do pedido defensivo de relaxamento de prisão.”

[...]

No dia 20 de agosto de 2019, o Ministério Público requereu a expedição de ofícios de praxe, a fim de se apurar novos endereços das vítimas, cujas oitivas entende imprescindíveis para o deslinde dos fatos.

[...]

Certificado pelo cartório novos endereços das vítimas, no dia 03 de setembro de 2019, foi designado o dia 22/10/2019, às 15:30 horas, para a continuação da AIJ,

[...]

No dia 22 de outubro de 2019, foi ouvida a vítima Ronaldo, ocasião em que a Defesa requereu a liberdade do ora recorrente [...].

No dia 30 de outubro de 2019, os autos foram encaminhados ao Ministério Público, retornando no mesmo dia, com manifestação contrária ao pleito libertário.

[...]

No dia 04 de novembro de 2019, foi certificado o seguinte pela serventia:

“Juntei aos autos, as fls. 334/346, FAC atualizada do reu;

O reu LUIZ FELIPE COSTA DE SOUZA também está preso por força do processo no 0031917-39.2017.8.19.0001 da 1ª Vara Criminal da Capital, conforme sentença extraída do DCP (fls. 347/349);

A Carta Precatória expedida para oitiva da testemunha Bruna, tem audiência designada para o dia 04/12/2019, conforme ofício juntado as fls. 328.

” No dia 04 de novembro de 2019, proferi a seguinte decisão:

*“Mantenho a prisão cautelar, ratificando a decisão de fls. 180.
Registro que o juízo tem diligenciado para a oitiva da testemunha*

Bruna.

Registro, também, que a sua oitiva esta programada para data próxima (04/12/2019), no juízo deprecado, conforme fls. 350.” (fls. 147-157, grifei).

Da leitura dos excertos transcritos, verifica-se que, apesar do atraso na instrução criminal, ele se justifica, seja em razão **das peculiaridades da causa, que investiga estruturada organização criminosa responsável pelos crimes de extorsão de comerciantes na comunidade local, entre outros crimes; seja pela complexidade do feito, evidenciada pela necessidade de realização de diversas audiências e de expedição de cartas precatórias para a oitiva das vítimas, ante o medo dessas em comparecer às audiências, em razão de se sentirem ameaçadas pelos membros da organização criminosa**, sem qualquer elemento que evidenciasse a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Assim, faz-se necessário asseverar que o feito estaria seguindo seu trâmite regular, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário.

A corroborar tal entendimento, a jurisprudência desta Corte Superior sobre o tema:

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja a demora injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

2. No caso, verifica-se que o feito esteve em constante movimentação, seguindo regularmente sua marcha, o

qual conta com 5 réus, diversas condutas a serem apuradas e necessidade de expedição de cartas precatórias, aguardando-se, no momento, manifestação do Juízo, após a apresentação da defesa pelo recorrente e outro corréu, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia.

3. Ainda que o paciente esteja preso por volta de 545 dias, não se revela desproporcional, no momento, a custódia cautelar diante da pena em abstrato do delito a ele imputado na denúncia.

4. Recurso em habeas corpus improvido, mas com recomendação de celeridade no julgamento da ação penal." (RHC 99.937/BA, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 05/11/2018, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO DE HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE CAPITAIS. PRISÃO PREVENTIVA. DESNECESSIDADE. REITERAÇÃO DO HC N. 359.131/RS. PRISÃO DOMICILIAR PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE INJUSTIFICADO EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA RESPONSÁVEL PELA LAVAGEM DE DINHEIRO DO MAIOR GRUPO DE TRÁFICO DE DROGAS DE PORTO ALEGRE. PLURALIDADE DE RÉUS. OITIVA DE INÚMERAS TESTEMUNHAS (64). EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. ANDAMENTO REGULAR. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO. RECOMENDAÇÃO.

1. Havendo a interposição de recurso e impetração de habeas corpus com circunstâncias fáticas e jurídicas idênticas, o julgamento deste pela Quinta Turma deste Tribunal prejudica o exame do recurso ordinário, haja vista a reiteração de pedidos e a efetiva prestação jurisdicional.

2. A ausência de manifestação do Tribunal de origem acerca da ausência de tratamento médico adequado ao recorrente no estabelecimento prisional em que se encontra custodiado aliada à ausência de comprovação, de plano, das alegações defensivas, impedem o exame da questão por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

3. O constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso

concreto.

4. **Justifica-se certa morosidade em ação penal complexa pois investiga a ação de organização criminosa responsável pela lavagem de capitais oriundo do tráfico ilícito de entorpecente** que teria movimentado cerca de 18 milhões de reais entre os anos de 2010 e 2014, sendo o recorrente apontado como principal parceiro de Alexandre, o líder da organização, no comando do tráfico de Porto Alegre e tido como o "braço armado" do traficante no controle dos pontos de venda, além de comandar empresas vinculadas à lavagem de veículos e estacionamentos, contando a ação com 27 réus, oitiva de 64 testemunhas, sendo 12 da acusação e 52 da defesa, **necessidade de expedição de cartas precatórias para oitiva de três testemunhas defensivas, substituição de oitiva de outras 22 testemunhas da defesa por apresentação de declarações abonatórias, e, ainda, existência de inúmeros pedidos de revogações de prisões preventivas do recorrente e demais corréus, tudo a justificar a necessidade de despendar maior tempo no cumprimento dos atos referente à fase de instrução do processo.**

5. Não se verifica constrangimento ilegal quando o Magistrado processante tem adotado medidas para imprimir celeridade na solução do caso, como na espécie.

6. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, na parte conhecida, improvido. Recomendação de exame urgente da situação médica narrada" (RHC n. 82.369/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 25/10/2017).

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. 3 DELITOS DIFERENTES. PLURALIDADE DE RÉUS (13). DEFENSORES DISTINTOS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. REITERADOS PEDIDOS DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. Por se tratar de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e

do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. Não se verifica excesso de prazo na formação da culpa quando o processo segue regular tramitação, sendo que a mora para o julgamento decorre da complexidade do feito, porquanto se trata de feito em que se investiga a existência de uma sofisticada organização criminosa, com apuração da prática de pelo menos três crimes diferentes, praticados por 13 agentes, assistidos por advogados distintos, sendo necessária, inclusive, a expedição de cartas precatórias e a remessa dos autos à Defensoria Pública, havendo reiterados pedidos de revogação da custódia cautelar.

Habeas corpus não conhecido" (HC n. 380.278/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 27/03/2017).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário em **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator